



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2012

### MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
O ano de 2012 foi marcado por muitas conquistas e desafios na área de distribuição de energia. A Cosern, distribuidora do Grupo Neoenergia, não mediu esforços para continuar fornecendo energia com eficiência e qualidade para as atuais 1,2 milhão de unidades consumidoras (48,3 mil a mais que em 2011). Pelo seu empenho, foi reconhecida com o Prêmio IASDC 2012 - Nordeste (Índice Anel de Satisfação do Consumidor), obtendo também a melhor avaliação do país em satisfação do cliente entre as distribuidoras que atendem acima de 400 mil consumidores residenciais.

A receita operacional líquida alcançou em 2012 R\$ 1,42 bilhão, enquanto a geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 315 milhões. A margem do EBITDA foi de 22,2% e o lucro líquido de R\$ 246 milhões. O mercado de distribuição de energia da Cosern registrou o montante de 4.867 GWh, representando um crescimento de 6,38% em relação ao ano de 2011. A arrecadação bruta de R\$ 1,87 bilhão superou em 14,24% a registrada em 2011, como fruto das ações adotadas para a recuperação de créditos.

Em relação aos investimentos, a distribuidora destinou R\$ 174,5 milhões para expandir e modernizar sua rede elétrica. Tais recursos foram aplicados na construção da Subestação Riacho da Cruz (10/12,5 MVA), de 10 Entradas de Linha (EL) em 69 kV e duas Conexões de Transformador (CT). Também foi possível realizar 84.132 novas ligações, construir 1.365 km de redes de média tensão (13,8 kV) e 1.356 km de redes de baixa tensão 380/220 Volts, e implantar 38.659 postes.

Como exemplo de sustentabilidade, destaca para os programas de eficiência energética, entre eles o "Nova Geladeira", que substituiu 4.314 refrigeradores velhos por novos com selo Procel de eficiência e doou 24.895 lâmpadas fluorescentes, proporcionando uma redução de até 65% na conta de energia do cliente baixa renda.

Em relação aos índices de qualidade, a Cosern registrou FEC (Frequência Média de Interrupção por Consumidor) de 7,91 interrupções e DEC (Duração Média de Interrupção por Consumidor) de 14,48 horas. No que diz respeito às perdas, mesmo investido em programas educativos, campanhas e ações que incluem inspeções, blindagem de redes e caixas de medição, foi registrado, em 2012, um índice de 11,43%, sendo superior ao apurado em 2011 (de 10,82%).

Segundo a estratégia adotada nos anos anteriores, a Cosern se financiou utilizando recursos de longo prazo, captando junto a bancos e agências de fomento para a realização de seu plano de investimentos. Essa estratégia visa à captação de recursos com custos mais baixos e com prazos mais aderentes ao retorno de longo prazo dos investimentos em distribuição.

Em 2012, a Companhia recebeu, aproximadamente, R\$ 47 milhões em financiamentos de órgãos como FINEP e BNDES, recursos específicos para projetos de investimentos na concessão. Considerando as perspectivas de estabilidade em seus investimentos e de liquidez, em abril de 2012, a Standard&Poor's reafirmou a nota máxima na escala nacional (brAAA) e Grau de Investimento na escala global (BBB-) à Cosern.

Importante ressaltar que em 12.783 de 11 de janeiro de 2013 - que trata da renovação das concessões das geradoras, distribuidoras e transmissoras do setor elétrico - não alcança a Cosern, uma vez que a mesma não tem sua concessão a vencer num horizonte próximo. A redução dos custos com geração, transmissão e dos encargos setoriais na conta de energia deverá contribuir para a redução de inadimplência e perdas.

A Cosern reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do País, ao mesmo tempo em que agradece aos seus colaboradores, diretos e indiretos, e a todos os seus acionistas, conselheiros, clientes, fornecedores e governos municipais, estaduais e federal.

**MARCO GIOVANNI TOBIAS DA SILVA**  
Presidente do Conselho de Administração

### 1 CONJUNTURA ECONÔMICA

A economia do Rio Grande do Norte encerrou o ano de 2012 apresentando desaceleração. Fatores como geração de empregos, vendas no comércio e exportações cresceram em ritmo mais lento. O Índice de Confiança do Empresário Industrial - ICEI passou de 59,2 para 56,8 pontos, mostrando queda no nível de confiança entre dezembro de 2012 e janeiro de 2013. A tendência irregular de recuperação da indústria tem gerado uma expectativa de incerteza sobre o futuro dos negócios. Tanto a Indústria da Construção quanto as Indústrias Extrativas e de Transformação convergiram na tendência de queda do ICEI. Em matéria de recuo da confiança, o Rio Grande do Norte acompanhou a tendência nacional. O volume de vendas do comércio varejista no RN apresentou crescimento de 7,0% no acumulado até novembro de 2012 contra igual período de 2011, ficando abaixo dos crescimentos do Nordeste (+1,4%) e do Brasil (+8,9%). No comércio varejista ampliado, que inclui as vendas de veículos e material de construção, o crescimento registrado foi de 7,6%, também abaixo dos valores verificados para o Nordeste (+9,8%) e Brasil (+8,4%).

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o período de janeiro a novembro de 2012 fechou com um saldo (total de admissões menos total de desligamentos) de 11.543 empregados com carteira assinada. Os setores que mais admitiram foram o de serviços, comércio e construção civil, com 64.540, 50.733 e 42.865 admissões, respectivamente.

As exportações do Rio Grande do Norte em 2012 em relação a 2011 caíram 7,1% e as importações 8,3%, o que contribuiu para uma redução de 7,7%. Com isso, o saldo permaneceu quase o mesmo de 2011, com 0,8% de aumento.

No mês de dezembro de 2012 as exportações foram 36,8% menores que as de dezembro de 2011, com exportações reduzidas de produtos importantes em valor absoluto como castanhas de caju e açúcar, cujos expressivos embarques em dezembro de 2011 não se repetiram.

### 2 AMBIENTE REGULATÓRIO

#### 2.1. REAJUSTE TARIFÁRIO 2012

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.279 de 17 de abril de 2012, fixou em 10,28% o resultado do Reajuste Tarifário de 2012, com vigência a partir de 22 de abril de 2012, sendo 9,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,58% aos componentes financeiros. A variação percentual média percebida na conta dos consumidores cativos foi em média de 6,43%, sendo de 6,05% para os consumidores atendidos em baixa tensão, que representam mais de 99% dos clientes e inclui os clientes residenciais. Já para os consumidores cativos industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram aumento de 7,35%, em média.

**2.2. NOVA METODOLOGIA DE REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA**  
A ANEEL definiu a metodologia de revisão tarifária através da Resolução Normativa nº 457 de 08 de novembro de 2011. Para a COSERN a nova metodologia de revisão tarifária será aplicada e seus efeitos percebidos a partir de abril de 2013, quando da 3ª revisão tarifária da empresa, conforme previsto no contrato de concessão.

A Taxa de Remuneração de Capital (WACC), que no 2º ciclo de revisões foi de 9,95% (após impostos), foi definida para o 3º ciclo de revisões com 7,50% (após impostos). Para as empresas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, a ANEEL, fixou taxa diferenciada, considerando a possibilidade de obtenção de benefício fiscal, estabelecido em Lei. Tendo em vista que a decisão administrativa desnatura benefício fixado em lei, as empresas ingressaram com ação judicial através da ABRADEE, Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, obtendo liminar em janeiro de 2012 junto à Justiça Federal mantendo o benefício.

Para o estabelecimento dos níveis regulatórios de custos operacionais será utilizada uma nova metodologia, baseada em *benchmarking* e na análise da eficiência média setorial, sendo reconhecido nas tarifas a eficiência média. Foi também definida uma trajetória de redução dos custos operacionais a ser aplicada ao longo do ciclo tarifário.

O Fator X será calculado considerando a produtividade; a qualidade e a trajetória de custos operacionais. O Fator de produtividade será estabelecido por *benchmarking* na qual é analisada a produtividade média setorial, considerando a evolução verificada do mercado, custos, redes e investimentos. O componente de qualidade será aplicado em função da evolução dos indicadores de qualidade da empresa (DEC e FEC), a ser apurado nos reajustes anuais entre as revisões tarifárias.

Houve ampliação do conjunto de receitas capturadas para modicidade tarifária. Especificamente para as receitas com ultrapassagem de demanda e excedente reativos, a ANEEL determinou sua destinação para Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo, o que foi objeto de questionamento judicial pela ABRADEE ainda em discussão.

Para perdas de receitas irrecuperáveis foi mantida a metodologia utilizada no 2º ciclo com poucas alterações. Os índices de inadimplência regulatória a serem reconhecidos passaram a ser estabelecidos por classe de consumo. Para a parcela dos encargos setoriais serão reconhecidas as inadimplências reais de cada empresa.

A metodologia utilizada para perdas de energia no 3º ciclo teve poucas alterações. Serão definidos limites máximos de trajetória de redução de perdas não técnicas considerando agrupamentos de empresas por *clusters* e níveis de perdas.

**2.3. REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA**  
Regulamentada pelo Decreto nº 7805/2012, a Medida Provisória nº 579/2012 (posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013) dispôs sobre a renovação das concessões de transmissão, de geração e de distribuição de energia elétrica, redução de encargos setoriais e a modicidade tarifária decorrente de tais ações. O Decreto estabeleceu a data limite de 5 de fevereiro de 2013 a realização da Revisão Tarifária Extraordinária para calcular as novas tarifas das distribuidoras de energia elétrica decorrentes dos efeitos da Medida Provisória.

Em 24 de janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária.

A revisão tarifária extraordinária das distribuidoras entrou em vigor em 24 de janeiro de 2013 e resultou na redução média de 18,73% nas tarifas da COSERN.

**2.4. REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA E COMERCIAL**  
A Resolução Normativa nº 414/2010 que define as condições gerais de fornecimento, sofreu algumas alterações ao longo de 2012, sendo as principais delas feitas pelas Resoluções Normativas: nº 479/2012 que entre outras modificações simplificou os processos de suspensão de fornecimento e de verificação de medidores; e nº 499/2012, que modificou procedimentos para ressarcimento por danos elétricos; e nº 516/2012, que modificou procedimentos referentes ao atendimento telefônico.

Em abril de 2012, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 482, a qual estabeleceu as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuídas aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica e as revisões do Módulo 1 e 3 do PRODIST - Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional.

No mês de dezembro de 2012, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.388, que estabeleceu os valores das bandeiras tarifárias, conforme definido no módulo 7 do PRORÉ - Procedimentos de Regulação Tarifária, a ter efeito a partir de 2014.

**2.5 IMPLANTAÇÃO DA OUVIDORIA**  
Em junho de 2012 foi concluído o processo de implantação da Ouvidoria da COSERN, dentro do prazo de 180 dias estabelecido na REN 470/2011 da ANEEL. Diante do que estabelece a Resolução, foi necessário adequar a estrutura existente que atendia as reclamações oriundas da Ouvidoria ANEEL para possibilitar o pleno cumprimento das obrigações estabelecidas.

### 3 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

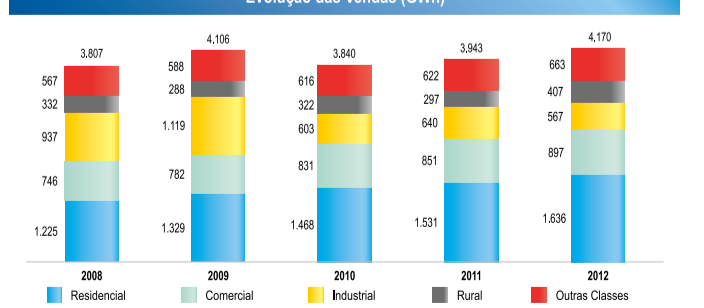
#### 3.1 EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

O mercado de distribuição de energia da COSERN registrou o montante de 4.867 GWh, representando um crescimento de 6,38% em relação ao ano de 2011. Sendo 86% referente ao consumo do mercado cativo e 14% do mercado livre.

#### 3.2 COMPORTAMENTO DO MERCADO CATIVO - VENDAS DE ENERGIA

O Mercado cativo da COSERN apresentou uma redução de 5,77%, em relação ao ano de 2011, o que representa um aumento de 227 GWh. Este aumento foi influenciado principalmente pelas altas temperaturas observadas no período, assim como pela prolongada estagem, caracterizando a pior seca que assola o Estado nos últimos anos. A classe residencial apresentou um crescimento de 6,80% e a classe comercial cresceu 5,36%. O crescimento da classe rural foi de 36,93% devido à grande necessidade por irrigação, decorrente da falta de chuvas. Por outro lado, a classe industrial registrou queda de 11,40%, em função da baixa produção industrial, bem como pelo fechamento da Coteminas, maior fábrica têxtil do Estado.

Evolução das Vendas (GWh)



#### 3.3 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES

Em 2012 a COSERN registrou 1.212.162 consumidores ativados, o que representou um acréscimo de 48.332 novos clientes, equivalente a um crescimento de 4,15%, em relação a 2011. Do acréscimo mencionado, 38.706 referem-se à classe Residencial, 7.041 à classe Rural e 1.847 à classe Comercial. As demais classes registraram um aumento de 883 novos clientes no ano de 2012.

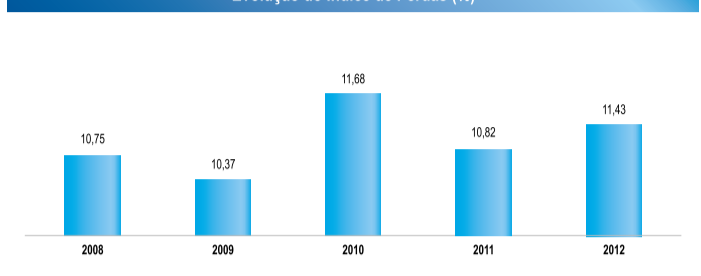
	2008	2009	2010	2011	2012	Participação em 2012
Residencial	873	915	968	1.000	1.038	85,7%
Comercial	68	71	75	76	78	6,5%
Industrial	5	5	5	5	5	0,4%
Rural	52	65	66	63	70	5,8%
Outras Classes	17	18	19	20	20	1,7%
<b>Número total de clientes</b>	<b>1.014</b>	<b>1.074</b>	<b>1.133</b>	<b>1.164</b>	<b>1.212</b>	<b>100,0%</b>

#### 3.4 PERDAS

O Índice de Perdas apresentou elevação em relação ao ano anterior, passando de 10,82% para 11,43%, representando um crescimento de 0,61 ponto percentual. Tal elevação se deveu a dois fatores principais: o RN enfrentou em 2012 um ano de forte estiagem e altas temperaturas, o que elevou o consumo de energia elétrica, tanto da energia faturada quanto da não faturada (fraudes e ligações clandestinas); o mercado global da concessionária (cativo + livre) em 2012 foi impactado pela saída de grandes clientes (nesse contexto o fechamento da Coteminas mere destaque), contribuindo para elevação da perda global.

O gráfico a seguir demonstra o comportamento das perdas nos últimos cinco anos.

Evolução do Índice de Perdas (%)



Foram aplicados cerca de R\$ 17 milhões com as ações de combate às perdas não técnicas. As principais ações desenvolvidas em 2012 foram:

- Realização de 91 mil inspeções, sendo detectadas 31 mil irregularidades, tendo sido recuperados 17 GWh, o que corresponde a R\$ 6,5 milhões;
- Substituição de 15.611 medidores eletromecânicos obsoletos (trifásicos e monofásicos) por eletrônicos;
- Substituição de 19.235 medidores eletrônicos que apresentaram defeito por display apagado;
- Regularização de 3.128 consumidores clandestinos com e sem a necessidade de construção de rede elétrica, contribuindo para redução do número de inadimplentes, cortados e auto-religados, além da recuperação de créditos;
- Operação de levantamento e atualização do cadastro de iluminação pública de 25 municípios, com recuperação e agregando mais de 6 GWh no ano;
- Negociação de 22,5 mil processos de irregularidade, correspondendo a mais de R\$ 7,8 milhões.

#### 3.5 RECEITA DA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

##### Detalhamento da Receita da Distribuição de Energia (R\$ mil)

	2008	2009	2010	2011	2012	Participação em 2012
Residencial	399.579	443.975	531.713	586.065	692.338	43,3%
Comercial	272.243	292.700	336.793	356.084	184.943	11,6%
Industrial	227.465	278.715	175.273	186.703	408.629	25,5%
Rural	46.690	47.705	66.496	60.927	87.352	5,5%
Outras Classes *	157.627	168.378	192.235	196.557	226.438	14,2%
<b>Total Fornecimento</b>	<b>1.103.604</b>	<b>1.231.473</b>	<b>1.302.510</b>	<b>1.386.336</b>	<b>1.599.700</b>	<b>96,3%</b>
<b>Total Ambiente Livre</b>	<b>24.154</b>	<b>15.432</b>	<b>56.419</b>	<b>64.200</b>	<b>61.924</b>	<b>3,7%</b>
<b>Total da Distribuição</b>	<b>1.128.178</b>	<b>1.246.905</b>	<b>1.358.929</b>	<b>1.450.536</b>	<b>1.661.624</b>	<b>100,0%</b>

\* Excluída a Receita não Faturada.  
A receita faturada obtida com a distribuição de energia nos mercados cativo e livre atingiu R\$ 1.662 milhões, onde 96,3% dessa receita foram provenientes do atendimento ao mercado cativo. A parcela de 3,7% é referente ao mercado livre, que equivale a R\$ 62 milhões e concentrou-se praticamente na classe Industrial.

#### 3.6 ARRECADADAÇÃO

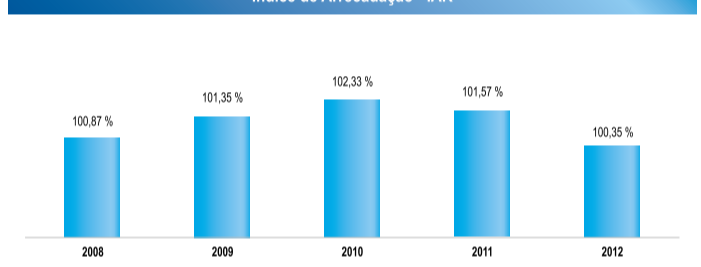
A performance da arrecadação é medida pelo índice de Arrecadação - IAR, definido pelo quociente do valor total arrecadado com energia e títulos, inclusive de exercícios anteriores, em relação aos valores faturados por fornecimento de energia no exercício.

Em 2012, a arrecadação da COSERN superou o faturamento, o IAR alcançou 100,35%. Esse resultado já vem sendo verificado todos os anos em consequência da adoção de política de cobrança com foco na atuação da dívida de menor risco de recebimento, na restrição dos casos de parcelamento com prazo médio de 6 faturas e no aumento do volume das operações de cobrança. Neste contexto, as ações de cobrança que mais se destacaram foram:

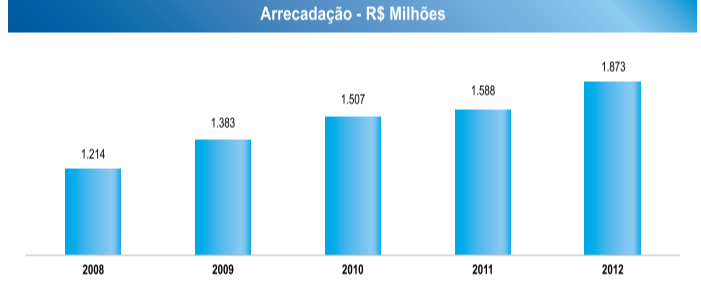
- Inclusão de 700 mil clientes no cadastro de devedores, número semelhante ao do ano 2011;
- Realização de 224 mil suspensões de fornecimento, com um incremento de 8,2% em relação a 2011;
- Fiscalização de 29,5 mil das unidades consumidoras com contratos cortados (recortes);
- Atuação nas maiores dívidas dos clientes das classes industrial e comercial;
- A atuação sobre a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) através das empresas de assessoria de cobrança com volume de recuperação de R\$ 2,7 milhões. O montante recuperado supera 49% quando comparado com o ano anterior.

Vale ressaltar que a inadimplência no cenário externo cresceu 15% em 2012, na comparação com 2011, segundo a Serasa Experian.

Índice de Arrecadação - IAR



Arrecadação - R\$ Milhões



Os clientes da COSERN dispõem de um total de 1.687 locais de pagamento, considerando a rede credenciada Cosern Serviços, os bancos e os seus respectivos correspondentes. Deste total, a rede Cosern Serviços conta com 348 estabelecimentos comerciais credenciados, localizados nos 167 municípios atendidos na área de concessão da Empresa. Essa penetração da rede credenciada em toda a área de concessão da COSERN proporciona maior comodidade aos clientes para o pagamento de suas faturas de energia e facilidade de acesso aos serviços de atendimento comercial.

#### 3.7 COMPRA DE ENERGIA

Ao longo do ano, a Companhia participou de três MSCDS - Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos, sendo um para devolução e dois para aquisição de energia. Além disso, participou também de um leilão de ajuste para aquisição de energia a partir de julho/12. Adicionalmente a COSERN declarou intenção de comprar energia nos leilões A-1, A-3 e A-5, com entrega a partir de janeiro de 2013, 2015 e 2017, respectivamente.

### 4 INVESTIMENTOS

Em 2012 a COSERN investiu R\$ 174,5 milhões, os quais foram destinados à melhoria da qualidade e da capacidade do fornecimento de energia elétrica aos seus clientes, conforme descrito a seguir:

#### Evolução dos Investimentos R\$ Mil

	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%)
Distribuição	100.449	112.786	132.645	135.735	158.006	16,4
Comercialização	-	-	126	-	-	0,0
Administração	22.887	18.617	9.891	6.011	16.519	174,9
<b>Total</b>	<b>123.336</b>	<b>131.403</b>	<b>142.662</b>	<b>141.746</b>	<b>174.525</b>	<b>23,1</b>

No programa de Instalações Gerais, foram realizados investimentos em sistemas de informática, ferramentas, veículos e patrimônio.

#### 4.1 EXPANSÃO DE REDE

Como investimentos na expansão de Linhas de Distribuição em Alta Tensão, no ano de 2012, foram destinados recursos para início da construção das Linhas de Distribuição (LD) em 69 kV Caraúbas - Riacho da Cruz (44 km), LD Natal II - Lagoa Nova (3,2 km), LD Mossoró II - Dixt Sept Rosado (43 km) e LD Santa Cruz - Tangará (28 km). Adicionalmente, foram direcionados recursos para a conclusão das LDs 69 kV Natal III - TEPI (1 km), LD Tangará - Eloi de Souza (25 km) e LD Natal III - Passagem de Areia (7,6 km). Destaca-se ainda a conclusão da 2ª etapa do recondicionamento da LD 69 kV Mossoró II - Grossos (12 km).

Em substituições, foram alocados recursos para a construção da Subestação Riacho da Cruz (10/12,5 MVA), construção de 10 Entradas de Linha (EL) em 69 kV e 2 Conexões de Transformador (CT). No Programa de Distribuição, foram realizadas 84.132 novas ligações. Com isso, foram construídos 1.365 km de redes de média tensão (13,8 kV) e 1.356 km de redes de baixa tensão 380/220 Volts, além da implantação de 38.659 postes.

#### Principais Ativos Elétricos

	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%)
Distribuição de Energia	2.002	2.048	2.053	2.092	2.209	5,6
Linhas de Transmissão (Km)	56	56	58	59	60	1,7
Subestações (Un)	74	73	76	79	81	2,5
Transformadores de Força (Un)	1.001	1.032	1.101	1.169	1.246	6,6
Potência Instalada (MVA)	39.721	41.628	42.936	44.239	45.346	4,8
Linhas de Distribuição (Km)	32.582	37.698	39.772	40.818	43.447	6,4

#### 4.2 MODERNIZAÇÃO

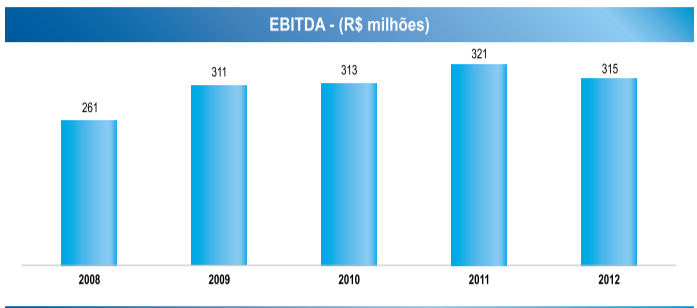
Em 2012, dando continuidade na substituição de relés microprocessados, permitindo contemplar novas funcionalidades na proteção do sistema, foram substituídos todos os relés de 13,8 kV de seis subestações da COSERN. Ainda com o foco no melhoramento das proteções e telecontrole, foi renovada toda a parte de automação de três subestações, possibilitando melhoria e confiabilidade das operações remotas, diagnósticos e alteração dos parâmetros dos relés de proteção do Centro de Operações em Natal. Com o foco na modernização do sistema de Telecomunicações realizou-se a aquisição de rádios em IP para comunicação da automação nas subestações viabilizando a comunicação de dados em alta velocidade. Dentro da modernização dos telecontrolados da distribuição, se fez a renovação dos rádios digitais



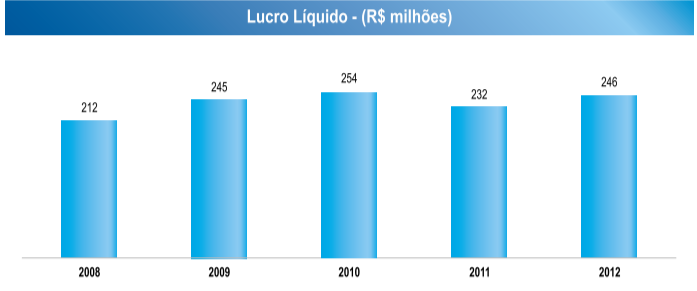
Continuação

Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	Reapresentado					Variação 2012/2011
	2008	2009	2010	2011	2012	
<b>Lucro Líquido</b>	<b>212.344</b>	<b>244.788</b>	<b>253.664</b>	<b>232.128</b>	<b>245.872</b>	<b>5,9%</b>
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	24.614	48.026	39.077	29.771	28.066	(5,7%)
Amortização de Ativo e Reversão PMIPL	9.321	8.933	8.965	8.640	8.334	(3,5%)
Recursos Financeiros	(91.369)	(67.614)	(85.982)	(86.572)	(99.919)	15,4%
Despesa Financeira	71.198	43.807	52.032	84.850	78.634	(7,3%)
Amortização	35.369	33.043	45.192	52.604	54.384	3,4%
<b>EBITDA</b>	<b>261.477</b>	<b>310.983</b>	<b>312.948</b>	<b>321.421</b>	<b>315.371</b>	<b>(1,9%)</b>

O EBITDA foi de R\$ 315,3 milhões em 2012, o que representa uma redução de 1,9% quando comparado com o total de R\$ 321,4 milhões em 2011. A margem do EBITDA de 2012 foi de 22,2% ante os 28,0% de 2011.

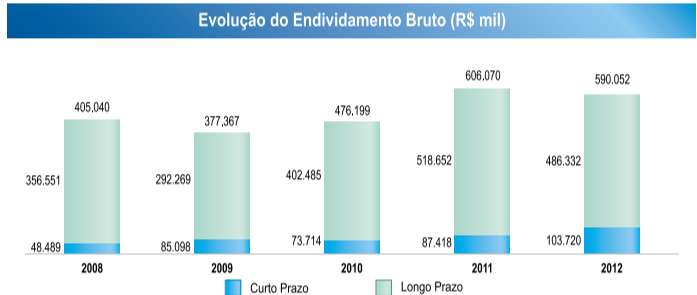


O Lucro Líquido da COSERN em 2012 foi R\$ 245,8 milhões, contra R\$ 232,1 milhões em 2011, refletindo um acréscimo de 5,9%.



6.2 ENDIVIDAMENTO

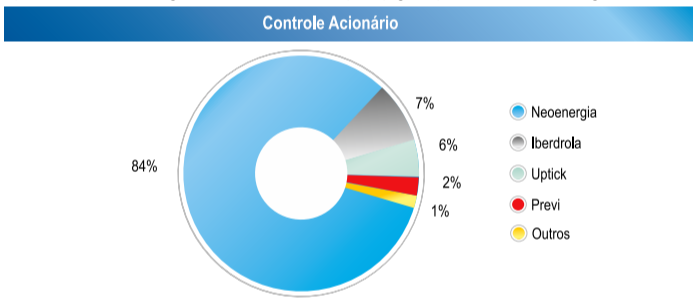
Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures totalizaram R\$ 590 milhões em 2012, ficando (2,64%) abaixo de dezembro de 2011, no valor de R\$ 606 milhões, representando 69,82% do patrimônio líquido. Atualmente, o endividamento da COSERN está concentrado no longo prazo. Em dezembro de 2012, o prazo médio da dívida foi de 2,14 anos, contra 2,98 anos em dezembro de 2011, com o custo da dívida da carteira de passivos onerosos de aproximadamente 93,37% do CDI em 31 de dezembro de 2012. Para fazer frente aos programas de investimentos, a COSERN mantém como estratégia obter financiamentos de longo prazo com bancos e agências de fomento, visando captar recursos com custos mais baixos e com prazos mais aderentes ao retorno de longo prazo dos investimentos em distribuição. De janeiro a dezembro de 2012 a COSERN recebeu, aproximadamente, R\$ 47,0 milhões em financiamentos de órgãos como FINEP e BNDES, recursos específicos para projetos de investimentos na concessão.



7 GOVERNANÇA CORPORATIVA

7.1 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária da COSERN conta com a seguinte posição: Neoenergia S.A. com 84,47% de participação, representando 141.967.489 ações; Iberdrola com 7,01% de participação, representando 11.782.384 ações; Uptick Participações S.A. com 5,82% de participação, representando 9.780.611 ações; Previ com 1,54% de participação, representando 2.596.014 ações e Outros com 1,16% de participação, representando 1.947.530 ações.



7.2 RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A COSERN disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores (telefone 55-84-3215-6015), e-mail (ri@cosern.com.br), no site corporativo (www.cosern.com.br - link Relações com Investidores) e por meio de relatórios e informes trimestrais e anuais enviados para a Bovespa e CVM. Para a COSERN, é imprescindível que o mercado a reconheça como uma empresa cidadã, sendo sólida, eficaz, ética e comprometida com o retorno aos seus acionistas e com o crescimento do país. Além disso, através da holding Neoenergia, foram ampliados os canais de comunicação e de relacionamento com o mercado. As principais práticas implantadas foram: ✓ Divulgação trimestral de Relatório sobre o desempenho do Grupo; ✓ Realização de uma *conference call* trimestral para apresentação do relatório; ✓ Realização de reuniões *one-to-one* com os principais instituições de relacionamento do Grupo. **7.3 DIREITO DOS ACIONISTAS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS E JSCP** A COSERN possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendos mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido após constituição de 5% (cinco por cento) de reserva legal. Além disso, no estatuto social da COSERN está determinado que as ações preferenciais têm direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias. A Companhia poderá levantar balanços intercalares e, com base nesses, distribuir dividendos, desde que o total dos dividendos pagos com base nesses balanços não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do Art. 182 da Lei nº 6.404/76. O estatuto social da COSERN menciona também que o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento ou crédito de Juros Sobre Capital Próprio, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que aprecia as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais poderão ser imputados ou não ao dividendo obrigatório, a critério do Conselho de Administração da Companhia, conforme autoriza a legislação aplicável. Em 2012 foram pagos R\$ 132.366 milhões a título de dividendos, sendo R\$ 101.894 milhões relativos ao exercício findo em 2011 e R\$ 30.473 milhões aos dividendos a partir da Reserva de Lucros de anos anteriores. Foram pagos também R\$ 5.116 milhões em Juros Sobre Capital Próprio relativos ao exercício de 2011, perfazendo o montante de R\$ 137.483 milhões como remuneração total aos acionistas.

7.4 AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

Em conformidade com os princípios de governança corporativa, a Auditoria Interna depende diretamente do Conselho de Administração que aprova e define o seu plano de trabalho. A Companhia continua aderente aos princípios da Seção 404 da Lei norte-americana Sarbanes-Oxley. Em 2012, com a estrutura Corporativa da Unidade de Controles Internos, foram realizados os trabalhos de revisão dos fluxos de processos, matrizes de risco e *walkthrough* dos ciclos de Gestos e Imobilizado, além do trabalho especial de Multas Regulatórias visando um ambiente de controle seguro e transparente. A companhia utiliza a ferramenta de gestão de riscos de acesso aos seus principais sistemas visando à segregação de funções, usando como base os controles identificados nos mapeamentos para adequação à SOX, garantindo mais segurança à COSERN na gestão desses acessos.

7.5 CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

O Conselho de Administração é composto por oito membros sendo sete deles representantes dos acionistas controladores e um deles representante dos empregados, cujos mandatos são de dois anos. Cabe ao Conselho determinar a política geral dos negócios da COSERN e supervisionar sua administração, eleger os membros da Diretoria Executiva e aprovar orçamentos anuais e de investimentos. O Conselho Fiscal é composto por quatro membros com mandato de um ano, sendo três representantes dos acionistas controladores e um representante de acionistas minoritários, conforme previsto no Art. 30 do Estatuto Social da COSERN.

7.6 CÓDIGO DE ÉTICA

A COSERN possui um Código de Ética que tem por finalidade ser uma referência na conduta pessoal e profissional de seus colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores, prestadores de serviços, mercado e entes públicos, baseado em seus Valores e Princípios que sustentarão o alcance da Missão e Visão da organização. É atualizado e divulgado para todos os colaboradores da COSERN, desde o momento da admissão, através da entrega de um exemplar, como também pela disponibilização na intranet e internet. Além disso, possui um Comitê de Ética, integrado por colaboradores de várias áreas da empresa, que se reúne periodicamente para averiguar o cumprimento das determinações contidas no Código de Ética e analisar situações concretas que lhe sejam apresentadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011			
	Notas	31/12/12	31/12/11 (Reclassificado)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	124.924	154.560
Contas a receber de clientes e outros	5	241.643	209.097
Títulos e valores mobiliários	6	12.982	17.452
Impostos e contribuições a recuperar	7	55.320	21.115
Estoques		2.647	2.913
Despesas pagas antecipadamente		2.183	1.269
Entidade de previdência privada	8	399	399
Serviços em curso	9	10.967	10.957
Outros ativos circulantes	13	6.990	4.530
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>458.015</b>	<b>422.292</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a receber de clientes e outros	5	200.023	224.410
Impostos e contribuições a recuperar	7	12.220	10.779
Impostos e contribuições diferidos	10	108.599	113.529
Depósitos judiciais	11	21.903	18.921
Entidade de previdência privada	8	4.815	2.477
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	320.911	144.781
Outros ativos não circulantes	13	822	375
Investimentos		1.572	1.163
Intangível	14	621.452	657.979
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.750.332</b>	<b>1.976.706</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.208.347</b>	<b>2.398.998</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

8 GESTÃO DE PESSOAS

A COSERN vem desde 2006 desenvolvendo seus líderes e colaboradores através de Programas de Desenvolvimento, demonstrados a seguir:

Programa	Objetivo
<b>Clima Organizacional</b>	Conhecer a percepção dos colaboradores do Grupo Neoenergia por meio da pesquisa de clima, identificando e promovendo ações de melhoria.
<b>Gestão de Desempenho</b>	Avaliar o desempenho dos colaboradores por meio da análise dos resultados dos objetivos e das competências definidos em etapa conjunta com as lideranças.
<b>Desenvolvimento de Lideranças</b>	Assegurar o desenvolvimento das capacidades necessárias para o exercício do papel da liderança, garantir a geração sustentável de valor para o Grupo Neoenergia por meio da gestão de pessoas, processos e custos.
<b>Treinamento e Desenvolvimento</b>	Promover a capacitação de todos os colaboradores do Grupo Neoenergia, conforme as necessidades identificadas, favorecendo com isso o seu desenvolvimento profissional e pessoal.
<b>Plano de Sucessão</b>	Estabelecer critérios nos processos de identificação e preparação de colaboradores potenciais para posições de liderança estratégicas no Grupo Neoenergia.
<b>Programa de Preparação para Aposentadoria</b>	Auxiliar o colaborador no processo de preparação para uma nova etapa de vida, através de reflexões, palestras e workshops técnicos e comportamentais, como mais uma oportunidade de evolução.

Dentre os Programas acima, destacamos o de Desenvolvimento de Lideranças, denominado "Liderança em Você" e o de Preparação para Aposentadoria, que recebeu o nome de "Meu Momento". O programa de Desenvolvimento de Lideranças teve início em novembro de 2011 e terá duração de dois anos, sendo realizado em parceria com a Fundação Dom Cabral, que está entre as dez melhores Escolas de Negócios do mundo. Tendo como base a teoria do "Pipeline de Liderança". O programa é voltado a todos os níveis de liderança, bem como para os colaboradores que apresentam potencial para a liderança do grupo e é estruturado em quatro Trilhas, divididas de acordo com a complexidade de cada nível.

Já o Programa "Meu Momento" aborda etapas como: Sensibilização, Momento de vida, Qualidade de vida e Projeto de vida. Essas etapas são compostas de palestras, workshops e treinamentos. O Programa é conduzido por especialistas e consultores que discutem nos encontros, os principais assuntos relacionados à aposentadoria. Durante o ano de 2012 foram realizadas duas turmas do Programa, que formou um total de 47 colaboradores na COSERN.

8.1 SAÚDE E SEGURANÇA

A COSERN, além de atender à legislação em vigor, desenvolve diversas ações como parte de um programa para a melhoria nos procedimentos, no conforto e na saúde dos seus colaboradores, cujas regras assumem condições de vanguarda aos preceitos de Saúde e Segurança do Trabalho. Em 2012, várias ações de prevenção e de melhoria da qualidade de vida no trabalho foram desenvolvidas. Essas ações fazem parte do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, entre as quais podemos destacar: Acompanhamento do Nível de Segurança do Trabalho - NST; Auditoria de Segurança junto às Prestadoras de Serviços Fornecedoras; Treinamentos e Inspeções de Segurança; Perfil de Saúde dos Colaboradores; Campanha de Vacinação contra a Gripe; Ginástica Laboral; Massagem Shiatsu; Acompanhamento às CIPAs; Realização das SIPATs e Feira da Saúde e as tradicionais caminhadas "Caminhando com Energia" com a participação dos colaboradores e seus familiares. O Nível de Segurança do Trabalho de 2012 foi o menor registrado desde 2004 quando começamos a monitorar este índice. Isso demonstra que as ações de Saúde e Segurança que a COSERN adotou produziram resultados positivos para a redução dos acidentes do trabalho.

8.2 CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento e capacitação dos profissionais da COSERN são identificados a partir dos resultados obtidos das avaliações de desempenho (Avaliação de Competências Funcionais - ACF, Avaliação de Objetivos Individuais - AOI e Avaliação de Competências de Liderança - ACL). Estas avaliações são aplicadas aos colaboradores ocupantes de cargos funcionais e lideranças e estão divididas em três fases: Planejamento, Acompanhamento e Fechamento. A figura abaixo demonstra a estrutura do Programa de Gestão do Desempenho e a participação das categorias dos cargos por avaliação.



Com o resultado dessas avaliações à área de Gestão de Pessoas realiza o levantamento das necessidades de treinamento e elabora o cronograma dos cursos que serão conduzidos em nível de grupo. Para a composição do PAT (Planejamento Anual de Treinamento), além do processo citado acima é realizado junto aos líderes a identificação das necessidades de capacitação de suas áreas. Esta necessidade de capacitação é identificada e desenvolvida, também, em consonância com os objetivos corporativos, considerando as metas e planos de ação de cada área, que são monitorados mensalmente.

Além dos programas tradicionais de treinamento, a COSERN reconhece o Programa Educacional como oportunidade de desenvolvimento profissional e pessoal no qual a COSERN custeia parte dos estudos de formação dos colaboradores, promovendo desta maneira a empregabilidade e a melhoria do nível de escolaridade formal no que se refere à formação técnica e educacional superior, além de aprimorar as potencialidades exigidas para o exercício do trabalho e a possibilidade de crescimento profissional.

9 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Ciente dos reflexos e influência do seu papel no contexto socioeconômico e ambiental que permeia o desenvolvimento sustentável da região e do país onde atua, a COSERN adota a responsabilidade social como estratégia e desenvolve ações alinhadas aos compromissos voluntários assumidos com os Princípios do Pacto Global das Nações Unidas e as diretrizes da Política de Responsabilidade Social e Sustentabilidade do Grupo Neoenergia. Com esse propósito, em 2012, considerando os princípios da ética, transparência, disseminação e fortalecimento dos compromissos com a sustentabilidade promulgados pelo Pacto Global da ONU, a COSERN produziu e protocolou no site daquele fórum internacional (www.unglobalcompact.org), o seu Relatório de Sustentabilidade 2011, também disponível às partes interessadas em sua *home page* (www.cosern.com.br) como instrumento de prestação de contas das suas práticas de gestão pautada no respeito ao meio ambiente, na responsabilidade social e na rentabilidade para os acionistas. Além disso, em junho de 2012, nas iniciativas promovidas durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável-Rio + 20, a COSERN aceitou o convite do Instituto ETHOS para adesão ao documento "Compromissos e Demandas para a Construção do Futuro que Queremos" e assinou a Carta Compromisso "Contribuição Empresarial para a Promoção da Economia Verde e Inclusiva", a convite da Rede Brasileira do Pacto Global. Com essas perspectivas, através do seu Programa de Responsabilidade Social "Energia para Crescer", a COSERN deu continuidade aos incentivos a projetos e iniciativas que consideram os costumes e culturas locais, o desenvolvimento da educação e a disseminação de valores sociais, como agente transformador do contexto social.

9.1 PROJETOS SOCIAIS

Em 2012 a COSERN manteve o compromisso com iniciativas de reconhecida contribuição para a inclusão social, exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida de classes econômicas menos favorecidas do Estado, ratificando, entre outras, as parcerias com a Casa do Menor Trabalhador, programa Caminhos da Justiça e a Fundação ABRINQU, em 2012, teve como marco os 10 anos de renovação do Selo Empresa Amiga da Criança em reconhecimento pelas ações realizadas pela COSERN em defesa dos direitos da criança e do adolescente. A renovação do selo em 2012 tornou como referência as ações e parcerias desenvolvidas durante o ano de 2011, destacadas a seguir:

Faixa Etária	Ações e Parcerias em prol da Criança e do Adolescente	nº de Beneficiários
13 a 18	Projeto Arte	60
13 a 18	Ação Casa do Melhor Trabalhador	945
03 a 17	Feira do Livro e Quadrinhos de Natal	1.500.000
13 a 18	Projeto Cena Aberta	2.000
13 a 18	Feira do Livro de Mossoró	40.000
13 a 18	Natal em Natal - Desfile Temático	20.000
13 a 18	Círculo Potiguar do Livro	19.000
13 a 18	Circo da Luz	20.000
13 a 18	Projeto COSERN de Literatura de Cordel 2011	45
07 a 12	ADIC - Associação para o Desenvolvimento de Iniciativas de Cidadania do RN	300
07 a 12	Incentivo a Leitura Reserval	2.500
04 a 06	Campanhas de Apoio a Casa Durval Paiva	560
<b>Total</b>		<b>1.596.410</b>

Além dessas iniciativas voluntárias da gestão social da COSERN, vale destacar a renovação da parceria da Companhia com o Instituto Ayrton Senna, em dezembro de 2012. De forma corporativa com as demais distribuidoras do Grupo, a Cosern destinou R\$ 65 mil para a realização dos programas de metodologia inovadora de correção de fluxo da aprendizagem "Se Liga" e "Acelera Brasil", a partir de 2013. De acordo com a meta prevista para as ações dos programas no Estado do Rio Grande do Norte, nessa nova proposta de parceria, a COSERN contribuirá para a redução do analfabetismo e defasagem entre idade/série de uma média de 500 crianças, proporcionando com isso, condições e oportunidades para o desenvolvimento pleno do potencial como indivíduo, cidadão e

profissional das crianças e adolescentes nos municípios mapeados pelos programas.

Sob a perspectiva de disseminação e fortalecimento dos princípios do desenvolvimento sustentável, em 2012 a COSERN destinou R\$ 70 mil para manutenção de sua participação em eventos e iniciativas de significativo impacto para o desenvolvimento socioeconômico de municípios e regiões do Estado, entre as quais se destacam:

- EXPOFRUIT 2012 - Feira Internacional da Fruticultura Tropical Irrigada** é um evento de importância estratégica para o semiárido Nordeste que acontece na cidade de Mossoró/RN. A feira atende à demanda do setor frutícola do grande polo produtor do Rio Grande do Norte no Baixo Assú, Mossoró e Chapada do Apodi e no Ceará no Vale do Jaguaribe, onde a atividade movimentou um montante de 150 milhões de dólares/anos/afra, gerando empregos na ordem de 120 mil postos de trabalho diretos e indiretos. A programação da Feira conta ainda com Seminário Audiovisual, Minicursos, Apresentação de Artigos e Projetos, Clínicas Tecnológicas, Rodada de Negócios Nacional e Internacional, Central de Negócios, Workshop, Fórum da Fruticultura.
- Feira Industrial e Comercial da Região Oeste - FICRO** Com o tema "Onde os negócios se encontram", a 25ª edição da FICRO, em 2012, reuniu mais de 300 expositores além das principais empresas do ramo de negócios de petróleo, gás e energia do Rio Grande do Norte, nos espaços para exposições, debates e rodadas de negócios sobre os produtos e serviços direcionados para a exploração de petróleo, gás e energias renováveis, entre outros. O evento foi promovido pela ACIM - Associação Comercial e Industrial de Mossoró, no Centro de Exposição e Eventos Enéias Negreiros (Expo Center) que estimou a circulação de mais de R\$ 25 milhões em negócios e cerca de 130 mil pessoas durante o período do evento.
- XV Exposição de Animais e Máquinas Agrícolas - AGRONEGÓCIO 2012**. Popularmente conhecida como "Feira do Boi" é um evento já consagrado no calendário do setor de agronegócios do Estado, caracterizando-se como vitrine da cadeia produtiva do setor, cuja programação compreende atividades culturais, palestras técnicas sobre esse segmento econômico, rodada de negócios, além da exposição e leilões de bovinos, caprinos, equinos e ovinos. Em 2012, em sua 50ª Edição a feira reuniu cerca de 500 expositores, entre os 27 hectares do Parque Aristóteles Fernandes, em Pamamirim, e proporcionou a movimentação média de R\$ 100 milhões em negócios.
- 6º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte - CONGESP**. Evento promovido pelo Conselho Regional de Administração em parceria com a Secretaria Estadual de Administração e dos Recursos Humanos com a finalidade de gerar conhecimento na área de gestão pública, disseminando e analisando experiências inovadoras em todas as esferas de poder. Evento já consolidado na agenda do executivo municipal e estadual do RN, cuja programação técnico-científica considera discussões relevantes para o desenvolvimento de novas práticas, ferramentas e cenários, buscando o aprimoramento e profissionalização da gestão pública. Durante esses eventos, a COSERN distribuiu cerca 114 mil cartilhas educativas sobre o uso seguro e racional de energia, realizou exposição e orientação sobre o padrão de entrada de energia, disponibilizou atendimento para Clientes Corporativos (classes comercial, irrigantes/rural, industrial e poder público). Além disso, como forma de tornar os esclarecimentos sobre uso adequado de energia mais atrativo, didático e dinâmico, disponibilizou um game interativo com perguntas e respostas sobre o uso consciente de energia aos mais de 14 mil visitantes do stand da empresa instalado naqueles eventos.

9.2 PROJETOS CULTURAIS

Alinhada à estratégia de difusão e democratização da cultura e à sua política de patrocínios, a empresa patrocinou e apoiou, preferencialmente, projetos que tenham viabilidade de captação por leis de incentivo estadual e federal. Nesse sentido, em 2012, a Cosern destinou R\$ 1.945.414,00 para treze projetos com incentivo da Lei Câmara Cascardo e R\$ 93.282,00 para o projeto "Caminhos do Sertão e Mar" via Lei Rouanet. Além disso, através de patrocínios, exposições folclóricas tradicionais, emboladores de coco e desafio de viola. E um resgate a cultura local, às tradições nordestinas e a sua cultura raiz.

9.3 PROJETOS AMBIENTAIS

A COSERN, ciente das suas responsabilidades como Empresa Distribuidora de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Norte, desenvolve, cada vez mais, ações no intuito de identificar, solucionar e preservar o meio ambiente com práticas ecológicas sustentáveis, que minimizem os impactos ambientais nas relações aos recursos naturais. A COSERN procura solucionar eventuais impactos de seus produtos, processos e instalações sobre os ecossistemas e a sociedade. Em 2012, o Projeto Logovende promoveu o resgate de 448, das 2.874 bobinas de madeira adquiridas durante o ano, representando um avanço de 34% do executado no projeto em 2011. Além disso, realizou Treinamento de poda de Árvores em Natal, Mossoró, Currais Novos e Carauabas. Estas ações contaram com a participação de 80 colaboradores eletricitas. Durante a Semana de Meio Ambiente foram distribuídas 300 mudas de plantas medicinais, realizado Concurso COSERN de fotografias com o tema: "A COSERN e o Meio Ambiente" e exibidos, no auditório do edifício sede, 3 (três) documentários sobre preservação e conservação ambiental. O projeto de estudo pioneiro de substituição de óleo isolante mineral por vegetal, desenvolvido pela COSERN desde 2008, teve continuidade em 2012 e os resultados apontam índices satisfatórios. Destaca-se, ainda, que óleo vegetal, por suas propriedades, se decompõe rapidamente na natureza no caso de vazamento. Com relação à expansão do sistema, obtve-se o licenciamento ambiental para a construção da Subestação Riacho da Cruz e das linhas de distribuição - LD 69 kV Tangará/Elói de Souza, Natal III/Lagoa Nova, Natal III/ETE, Mossoró II/D-Sept Rosado, Currais Novos I/RSRM, além da reforma da linha de distribuição - LD 69 kV Mossoró II/Grossos.

10 RECONHECIMENTOS

Selo Empresa Amiga da Criança 2012 - A Fundação ABRINQU renovou o credenciamento da COSERN como Empresa Amiga da Criança, em reconhecimento às ações desenvolvidas pela COSERN em defesa dos direitos da criança e do adolescente que, em 2012, alcançaram 78.500 beneficiados. **Prêmio IASC 2012 (Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor)** - Em 2012, a COSERN foi classificada como **Melhor Distribuidora da Região Nordeste** com uma pontuação de 71,44, conforme a avaliação dos consumidores residenciais. Além disso, a COSERN obteve a melhor pontuação do país entre as empresas que atendem acima de 400 mil consumidores e, na classificação geral, entre as 63 distribuidoras de energia no Brasil, a COSERN alcançou a 6ª posição do país. A pontuação média na categoria regional Nordeste foi de 61,92 e no Brasil 61,51. **Certificado de Empresa Cidadã** outorgado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ) em conjunto com a Federação das Indústrias e Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro, em reconhecimento ao nível de qualidade das informações contábeis e socioambientais apresentadas nas Demonstrações Financeiras ano base 2011. A certificação foi criada em 2002 pelo (CRCRJ) com o objetivo de estimular a elevação do nível de qualidade dos relatórios anuais, para o que, são considerados na avaliação para a certificação entre outros quesitos a transparência, o Balanço Social e demonstrações contábeis. **Homenagem do Prêmio TOP OF MIND 2012 (Revista Foco)** - Reconhecimento da COSERN como empresa que mais investe em cultura no Rio Grande do Norte, através da Lei Câmara Cascardo. Pelo 3º ano consecutivo a COSERN é destacada no evento de divulgação das marcas de maior prestígio junto aos consumidores da cidade de Natal. **Prêmio ABRADÉE 2012** - Em 2012 a COSERN foi finalista ao prêmio ABRADÉE 2012 ocupando o 2º lugar na categoria melhor gestão econômico-financeira entre as concessionárias com mais de 500 mil consumidores. Já na categoria Melhor Gestão Operacional a COSERN alcançou a 10ª colocação, e o 4º lugar como a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica da Região Nordeste, já no ranking nacional Melhor Distribuidora do Brasil entre as 29 Concessionárias do Brasil com mais de 500 mil consumidores a COSERN ocupou a 12ª colocação.

11 AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), iniciado em 11 de julho de 2012, com vigência de 2 (dois) anos, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviços	2012 (R\$ mil)	2011 (R\$ mil)
Auditoria das Demonstrações Contábeis (inclui revisões trimestrais das Demonstrações Intermediárias)	168	100
<b>Outros Serviços de Auditoria:</b>		
Auditoria de Ativos e Passivos Regulatórios (CVAs)	13	8
Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR)	13	8
Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial (RCP)	8	5
Auditoria da Mutação do Ativo Imobilizado em Serviço (MAIS)	8	5
<b>Total Geral</b>	<b>210</b>	<b>210</b>

Além dos serviços acima citados, não foram contratados quaisquer outros serviços com a PwC. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Os outros serviços de auditoria prestados pela PwC relacionados aos trabalhos de assegurarão da Contabilidade Regulatória foram executados em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC PA 290 - Independência - Trabalhos de Auditoria e Revisão, conforme aprovadas pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.311/10, de 9 de dezembro de 2010 e não incluem os serviços que podem comprometer a independência conforme descrito na referida norma.

12 AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos senhores membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos Governos Municipais, Estadual e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor. Natal, 5 de fevereiro de 2013.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011			
	Notas	31/12/12	31/12/11 (Reclassificado)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>25</b>	<b>1.418.335</b>	<b>1.149.671</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO LUCRO BRUTO</b>			





**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 Informações Gerais**

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN ("COSERN" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela Neoenergia S.A., ("NEOENERGIA") é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia relacionada com atividades no âmbito do Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal - Rio Grande do Norte. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km<sup>2</sup>, outorgada pelo Decreto de 30 de dezembro de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 08, firmado em 31 de dezembro de 1997 com vigência até 31 de dezembro de 2027. Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 28 de janeiro de 2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

**2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras**

**2.1 - Base de apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

**2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

**2.3 - Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

**a) Receita Faturada**

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

**b) Receita não faturada**

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada visando adequar as leituras ao período de competência referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

**c) Receita de construção**

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

**d) Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

**2.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudene), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 24).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferido passivo é integralmente reconhecido. O reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido ativo ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

**2.5 - Imposto sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

**2.6 - Instrumentos financeiros**

**a) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros, títulos e valores mobiliários e ativo financeiro da concessão do serviço público.

**a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.
- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas do valor justo não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

**a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse", e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

**b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

**b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem derivativos.
- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

**b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

**c) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

**2.7 - Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros. A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 30).

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

**2.8 - Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**2.9 - Contas a receber de clientes e outros**

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios, energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão representados líquidos da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

**2.10 - Títulos e valores mobiliários**

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras, equivalentes ao seu valor justo.

**2.11 - Estoques**

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

**2.12 - Outros investimentos**

Representam investimentos em quotas de diretos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

**2.13 - Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)**

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, ICPC 17 - Contratos de Concessão; Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC - 05 - Contratos de Concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A atualização monetária do ativo financeiro reconhecida no resultado é efetuada trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPm, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas no patrimônio líquido como Outros Resultados Abrangentes. Na data da revisão tarifária da Companhia, que ocorre a cada cinco anos (próxima revisão prevista para abril de 2013), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

**2.14 - Intangível**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovaram respectivamente o pronunciamento técnico CPC 04 (R1) - Ativos Intangíveis, as Interpretações técnicas ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, ICPC 17 Contrato de Concessão; Evidenciação e a orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão. É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de recuperabilidade utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº 14).

**2.15 - Análise do Valor de Recuperação dos Ativos**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Essa avaliação é efetuada com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

**2.16 - Empréstimos, financiamentos e debêntures**

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008 e 672 de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, os CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

**2.17 - Taxas regulatortares**

**a) Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual. (Vide nota explicativa nº 19)

**b) Conta Consumo de Combustível (CCC)**

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas navesque locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

**c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

**d) Programas de Eficientização Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar anualmente 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

**e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

**f) Encargo do Custo do Sistema (ESS)**

Representa o serviço incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

**2.18 - Participação nos resultados**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

**2.19 - Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

**2.20 - Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados**

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

**2.21 - Provisões**

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

**2.22 - Outros ativos e passivos circulantres e não circulantres**

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

**2.23 - Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

**2.24 - Questões ambientais**

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os "condicionantes ambientais" exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - IDEMA, este na esfera estadual, e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, no âmbito municipal. Os "condicionantes ambientais" correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.



➔ **Continuação**

**3 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas**

**3.1 - Julgamentos**  
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.  
No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**3.2 - Estimativas e premissas**  
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

**a) Bifurcação dos bens da concessão do serviço público - ativo financeiro indenizável e ativo intangível**  
A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados e estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos clientes.  
Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo valor residual contábil ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, norteado pela ICPC-01 (IFRIC-12).

**b) Contratos de construção**  
Em atendimento ao CPC 17 e ICPC 01, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura, considerando que no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil não há margem nos serviços de construção.  
Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, já que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

**c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros**  
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**d) Provisões para riscos tributários, civis, regulatórios e trabalhistas**  
A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

**f) Benefícios pós-emprego**  
O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

**4 Caixa e Equivalentes de Caixa**

	31/12/12	31/12/11
Caixa e Depósitos bancários à vista	5.406	6.039
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	925	1.013
Fundos de investimento	118.593	147.508
<b>Total</b>	<b>124.924</b>	<b>154.560</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.  
A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDBs e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.  
As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas pela empresa a percentuais que variam de 98,5% a 100%, o do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

**5 Contas a Receber de Clientes e Outros**

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

	Ref.	31/12/12		31/12/11	
		(a)	(b)	(a)	(b)
Consumidores		475.372	469.120		
Títulos a receber		1.067	952		
Comercialização de energia na CCEE	(b)	8.950	16.319		
Disponibilização do sistema de distribuição		6.455	6.830		
Serviços prestados a terceiros		2.131	2.424		
Serviços taxados e administrativos		2.636	2.917		
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(c)	11.402	1.251		
Outros créditos		126	3.700		
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(66.473)	(70.006)		
<b>Total</b>		<b>441.666</b>	<b>433.507</b>		
Circulante		241.643	209.097		
Não circulante		200.023	224.410		

	Saldos vincendos	Até		Mais de		Total	PCLD
		90 dias	90 dias	31/12/12	31/12/11		
<b>Sector privado</b>							
Residencial	34.235	28.790	11.756	74.781	68.139	(11.756)	(13.170)
Industrial	11.156	2.872	5.524	19.552	22.653	(4.890)	(6.032)
Comercial, serviços e outras	42.573	9.910	9.262	61.745	56.803	(9.262)	(10.188)
Rural	7.535	3.158	14.873	25.566	23.557	(13.955)	(14.645)
	<b>95.499</b>	<b>44.730</b>	<b>41.415</b>	<b>181.644</b>	<b>171.152</b>	<b>(39.863)</b>	<b>(44.035)</b>
<b>Sector público</b>							
Poder público							
Federal	3.294	377	85	3.756	3.167	(85)	(126)
Estadual	140.126	122	5	140.253	148.242	(5)	(146)
Municipal	61.093	2.801	18.113	82.007	87.345	(18.113)	(17.448)
	<b>204.513</b>	<b>3.300</b>	<b>18.203</b>	<b>226.016</b>	<b>238.754</b>	<b>(18.203)</b>	<b>(17.720)</b>
Iluminação pública	3.066	404	754	4.224	3.546	(666)	(673)
Serviço público	7.410	748	6.674	14.832	13.646	(6.674)	(6.626)
Fornecimento não faturado	48.656	-	-	48.656	42.022	-	-
<b>Total</b>	<b>359.144</b>	<b>49.182</b>	<b>67.046</b>	<b>475.372</b>	<b>469.120</b>	<b>(65.406)</b>	<b>(69.054)</b>
Circulante				274.568	259.885	(65.406)	(68.842)
Não circulante				200.804	209.235	-	(212)

As contas a receber estão incluídos valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, acrescidos de juros e multa calculados *pro rata temporis*.

Do saldo total, o montante de R\$ 140.325 (R\$ 144.328 em 31 de dezembro de 2011), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito CD-0103/2006, CD-0023/2011 e CD-0024/2011.

**(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**  
Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2009 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada a incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

**(c) Subvenção à baixa renda - tarifa social**  
O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modernidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita - DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.  
O saldo a receber em 31 de dezembro de 2012 é R\$ 11.402 (R\$ 1.251 em 2011), relativo às subvenções dos meses de novembro e dezembro de 2012.

**(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD**  
A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Títulos a receber		Outros créditos		Total
	Consumidores (69.054)	(952)	Subtotal (70.006)	(17.031)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>(69.054)</b>	<b>(952)</b>	<b>(70.006)</b>	<b>(17.031)</b>	<b>(87.037)</b>
Adições	(4.839)	(115)	(4.954)	(12.396)	(17.350)
Reversões	8.487	-	8.487	31	8.518
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>(65.406)</b>	<b>(1.067)</b>	<b>(66.473)</b>	<b>(29.396)</b>	<b>(95.869)</b>

**6 Títulos e Valores Mobiliários**

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo e Letras Financeiras do Tesouro - LFT.

Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/12	31/12/11
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	4.572	6.530
Banco Itaú		CDB	Diversos	CDI	10	2.141
Bradesco	(2)	Fundo Recife	(*)	CDI	-	2.392
Bradesco	(2)	CDB/CDI	Diversos	CDI	-	742
Bradesco	(2)	LFT	Mar-13	CDI	11	-
Caixa Econômica Federal		CDB	Diversos	CDI	8.389	5.647
<b>Total</b>					<b>12.982</b>	<b>17.452</b>

(\*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.  
(1) Aplicações compostas por papéis de baixa liquidez.  
(2) Constitui garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.  
Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.  
A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	Aplicações	Resgates	Remuneração	Saldos em 31 de dezembro de 2012
17.452	114.937	(120.513)	1.106	12.982

**7 Impostos e Contribuições a Recuperar**

Circulante	Ref.	31/12/12	31/12/11
Imposto de Renda - IR	(1)	8.851	3.925
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(1)	2.082	866
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(2)	35.789	10.003
Programa de Integração Social - PIS	(3)	1.342	999
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3)	6.181	4.604
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		464	364
Imposto sobre Serviços - ISS		611	352
Outros		-	2
		<b>55.320</b>	<b>21.115</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(2)	12.220	10.779
<b>Total</b>		<b>67.540</b>	<b>31.894</b>

(1) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) correspondem às antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos, saldo negativo do Imposto de Renda (IR) e base de cálculo negativa da CSLL, referente ao período de 2008 a 2012.  
(2) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está composto da seguinte forma:  
(a) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e apurado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 21.129 (R\$ 19.256, em 31 de dezembro de 2011).  
(b) Diversos créditos de ICMS a recuperar no montante de R\$ 26.880 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.526 em 31 de dezembro de 2011).  
(3) PIS e COFINS a compensar decorrente das antecipações de órgãos públicos e do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, no montante de R\$ 7.523 (R\$ 5.603 em 31 de dezembro de 2011).

**8 Entidade de Previdência Privada**

**Planos Previdenciários**

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.  
As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à constituição de reservas para cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumuladas desde sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN - Regulamento 001 (Benefício Definido) eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da Companhia.  
A partir de março de 1999, a FASERN implantou o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001, de Contribuição Definida, ao qual estão vinculados todos os empregados ativos.  
O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 proporciona aos seus participantes ativos benefícios relacionados à possibilidade de ocorrência de invalidez e morte durante a vida laborativa, classificados como benefícios de risco, totalmente custeados pela Companhia e pelos participantes autopatrocinados. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, com pagamento único ou parcelado, a critério do participante ou de seus beneficiários. Por suas características, este plano não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Companhia para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 corresponde a 6,54% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 4,45% correspondem à contribuição normal (igual à dos participantes), 0,28% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas dos planos previdenciários administrados pela FASERN.  
As contribuições pagas ou provisionadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram as seguintes:

	31/12/12	31/12/11
Custo do Intangível em Curso	764	458
Despesas Operacionais	296	(3.611)
<b>Total</b>	<b>1.060</b>	<b>(3.153)</b>

**Avaliação atuarial dos planos previdenciários**

Na avaliação atuarial do plano de benefício definido foi adotado o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

Os pareceres atuariais, emitidos por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FASERN, em 31 de dezembro de 2012 estão resumidos a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 e pelo CPC 33.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Nº 1 - CD		Nº 2 - BD	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	762	578	78.883	65.216
Valor justo dos ativos do plano	747	381	107.197	100.233
Deficit/(superávit) para planos cobertos	15	197	(28.314)	(35.017)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	(46)	(199)	2.287	2.287
Eleito do limite de parágrafo 58(b) (1)	-	-	19.875	29.570
<b>Passivo/(ativo) atuarial líquido total</b>	<b>(31)</b>	<b>(2)</b>	<b>(6.152)</b>	<b>(3.160)</b>

(1) Refere-se à parte do superávit acumulado do Plano BD não atribuído à Companhia na observância da proporção contributiva (50%) no período em que se deu a constituição do superávit. O valor calculado está em conformidade com o parágrafo 58(b) da Deliberação CVM nº 600/09.  
Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Nº 1 - CD		Nº 2 - BD	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	60	48	-	-
Juros sobre as obrigações atuariais	70	58	6.850	6.151
Rendimento esperando dos ativos do plano	(51)	(88)	(10.446)	(10.328)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais líquidos	12	(23)	10.298	1.289
Eleito do limite de parágrafo 58(b) (1)	-	-	(9.695)	4.091
<b>Total da despesa (receita) a ser reconhecida</b>	<b>91</b>	<b>(5)</b>	<b>(2.993)</b>	<b>1.203</b>

Rendimento efetivo dos ativos do plano 240 (439) 14.287 13.074  
Conforme previsto na Deliberação CVM nº 600/09, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites:  
- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e  
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são os seguintes:

	Nº 1 - CD		Nº 2 - BD	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Valor das obrigações no início do ano	578	489	65.216	59.753
Custo do serviço corrente bruto (1)	60	48	-	-
Juros sobre obrigação atuarial	70	58	6.850	6.151
Contribuição de participantes vertidas no ano	5	3	-	-
(Ganho)/perda atuarial	49	(20)	14.140	5.238
Benefícios pagos no ano	-	-	(7.324)	(5.926)
<b>Valor das obrigações calculadas no final do ano</b>	<b>762</b>	<b>578</b>	<b>78.882</b>	<b>65.216</b>

(1) Com juros, líquido da contribuição do participante  
As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:



➔ **Continuação**

**12 Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)**

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Após a concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica (IPC D1 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
  - (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 14).
- A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.
- Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
- A movimentação dos saldos referentes a concessão do serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

	Ref.	31/12/12	31/12/11
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>144.781</b>	
Baixas		(760)	
Transferências	(a)	155.975	
Atualização monetária/valor justo		20.915	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>320.911</b>	
(a) Transferência do intangível devido a reavaliação da infraestrutura da concessão, em decorrência das novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (vide comentários nota 14) no montante de R\$ 91.349 e transferência do intangível pelo processo de novos ativos incorporados no montante de R\$ 64.626.			

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em dezembro de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

**13 Outros Ativos**

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Adiantamentos a empregados		2.919	769
Adiantamentos a fornecedores		43	181
Serviços prestados a terceiros		933	822
RGR a compensar		445	503
Dispêndios a reembolsar em curso	(a)	1.266	1.124
Uso mútuo de postes		459	407
Outros créditos a receber		1.707	1.069
<b>Total</b>		<b>7.772</b>	<b>4.905</b>
Circulante		6.950	4.530
Não circulante		822	375

Apresentado líquido da Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, no montante de R\$ 29.396 (R\$ 17.031 em 31 de dezembro de 2011), vide nota 5, item d).

(a) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

**14 Intangível**

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/12	31/12/11
<b>Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)</b>		
<b>Em serviço</b>		
Direito de uso da concessão	4,84%	706.232 (223.225) 33.441 516.448 562.087
<b>Em curso</b>		
Direito de uso da concessão	93.990 - 11.014 105.004 95.892	
<b>Total</b>	<b>800.222 (223.225) 44.455 621.452 657.979</b>	

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço	Em curso	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>616.209 (118.349) 8.203 506.063 75.084 (3.061) 72.023 578.086</b>		
Adições	- - - - 145.342 (2.237) 143.105 143.105		
Baixas	(1.741) 2.289 - 548 - - - (53.989)		
Amortizações	- (61.960) 7.971 (53.989) - - - (53.989)		
Transferências - Intangíveis	99.770 - (4.701) 95.069 (99.770) 4.701 (95.069)		
Transferências - Ativos financeiros:	7.506 - 6.829 14.335 (36.338) 1.285 (35.053) (20.718)		
Transferências - Outros	- - 61 61 1.866 9.020 10.886 10.947		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>721.744 (178.020) 18.363 562.087 86.184 9.708 95.892 657.979</b>		
Adições	- - - - 176.085 (1.931) 174.154 174.154		
Baixas	(19.326) 16.225 - (3.101) - - - (3.101)		
Amortizações	- (61.473) 6.707 (54.766) - - - (54.766)		
Transferências - Intangíveis	105.765 - (2.221) 103.544 (103.544) 2.221 (103.544)		
Transferências - Ativos financeiros:	(101.951) - 10.602 (91.349) (65.642) 1.016 (64.626) (155.975)		
Transferências - Outros	- - 43 (10) 33 3.128 3.128 3.161		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>706.232 (223.225) 33.441 516.448 93.990 11.014 105.004 621.452</b>		

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado e pela Administração da Companhia como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) (vide nota explicativa nº 12).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 7/2/2012 estabelece novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição. Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 - Contratos de Concessão.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuído ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa reavaliação da infraestrutura resultou na reclassificação de R\$ 91.349 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 - Contratos de Concessão.

(a) **Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Após a concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) **Análise do valor de recuperação dos ativos**

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às reservas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base nos resultados operacionais e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

**15 Fornecedores**

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	31/12/12	31/12/11
<b>Energia elétrica</b>	<b>85.438</b>	<b>64.018</b>
Terceiros	84.584	63.021
Partes relacionadas	1.046	997
<b>Encargos de uso da rede</b>	<b>11.164</b>	<b>9.185</b>
Terceiros	11.152	9.177
Partes relacionadas	12	8
<b>Materiais e serviços</b>	<b>21.962</b>	<b>9.536</b>
Terceiros	21.886	9.300
Partes relacionadas	76	236
<b>Energia livre</b>	<b>10.288</b>	<b>9.016</b>
<b>Total</b>	<b>128.948</b>	<b>91.755</b>
Circulante	118.659	82.739
Não circulante	10.289	9.016

O saldo de não circulante refere-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADÉE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28/9/2010 obtve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22/11/2010 a liminar foi deferida.

**16 Empréstimos e Financiamentos**

Composição da dívida	Taxa efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	31/12/12	31/12/11
<b>Moeda nacional</b>							
BNB	10,00% a.a. a 13,20% a.a.	90	-	27.709	62.533	90.332	119.622
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	(420)
<b>Subtotal - BNB</b>		<b>90</b>		<b>27.709</b>	<b>62.533</b>	<b>90.332</b>	<b>119.202</b>
BNDES FINEM	TJLP+ 3,20% a.a./8,06% a.a.	466	-	24.708	122.189	147.363	114.258
Eletrobrás	5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	-	2.880	8.801	11.681	14.703
FINEP	5,27% a.a. a 5,34% a.a.	37	-	2.996	13.978	-	18.259
(-) Custos de transação		-	-	(38)	(75)	-	(137)
<b>Subtotal - FINEP</b>		<b>37</b>		<b>2.958</b>	<b>13.903</b>		<b>18.122</b>
Banco do Brasil	13,55% a.a./13,76% a.a.	13.807	18.858	-	234.298	266.963	250.361
(-) Custos de transação		-	-	(1.108)	(787)	(1.895)	(2.952)
Operações com swap		-	-	-	(7.821)	(7.821)	(3.187)
<b>Subtotal - Banco do Brasil</b>		<b>13.807</b>	<b>18.858</b>	<b>(1.108)</b>	<b>225.690</b>	<b>257.247</b>	<b>244.222</b>
<b>Total moeda nacional</b>		<b>14.400</b>	<b>18.858</b>	<b>57.147</b>	<b>433.116</b>	<b>523.521</b>	<b>510.507</b>
<b>Moeda estrangeira</b>							
BANK OF AMERICA		64	-	(42)	19.275	19.297	16.456
Operações com swap		-	-	(4.426)	(188)	(4.614)	(1.731)
<b>Subtotal - BANK OF AMERICA</b>		<b>64</b>		<b>(4.468)</b>	<b>19.087</b>	<b>14.683</b>	<b>14.725</b>
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>64</b>		<b>(4.468)</b>	<b>19.087</b>	<b>14.683</b>	<b>14.725</b>
(-) Depósitos em garantias		-	-	-	(21.028)	(21.028)	(28.701)
<b>Total</b>		<b>14.464</b>	<b>18.858</b>	<b>52.679</b>	<b>431.175</b>	<b>517.176</b>	<b>496.531</b>

(a) **Captações e renegociações de recursos no exercício:**

**a.1)** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - A Companhia recebeu em 2012 o montante de R\$ 45.178 para financiamento dos investimentos realizados em 2011 e 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio, novembro de 2011 e agosto de 2012.

**a.2)** Financiadora de Estudos e Projetos- FINEP - A Companhia recebeu o montante de R\$ 1.743 para financiar o de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em setembro de 2012.

(b) **Condições restritivas financeiras (covenants):**

O contrato mantido com Bank Of América prevê cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(c) **Condições contratuais dos empréstimos da Companhia em 31 de dezembro de 2012:**

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Venci-mento	Garantias
ELETRÓBRÁS	2001 a 2009	R\$	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores	6 a 9% a.a.	Não aplicável	2018	Recebíveis/Nota Promissória
BB nº 342.901.057	04/05/10	R\$	Capital de giro	CDI + 1% a.a.	Não aplicável	2015	Sem garantia
BB nº 20/00852-X	06/05/10	R\$	Capital de giro	12,149% a.a.	99,5%	2014	Sem garantia
BB nº 20/00863-5	06/05/11	R\$	Capital de giro	98,5% a.a. CDI	Não aplicável	2014	Sem garantia
BNB I	23/12/04	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2013	Aval Neenergia/ Recebíveis/Fundo Liquidez
BNB II	27/11/06	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2014	Aval Neenergia/ Recebíveis/Fundo Liquidez
BNB III	30/11/07	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	TJLP + 3,21 a.a.	Não aplicável	2022	Aval Neenergia/ Recebíveis/Fundo Liquidez
BANK OF AMÉRICA	11/04/11	US\$	Capital de giro	US\$ + Libor + 1,65%	107,85%	2016	Sem garantia
BNB IV	27/06/08	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2016	Aval Neenergia/ Recebíveis/Fundo Liquidez
BNDES 2009 - Aditivo II	23/12/09	R\$	Investimentos em redes de distribuição de energia elétrica	TJLP + 2,12 a.a./ TJLP + 3,12% a.a./ 4,50% a.a.	Não aplicável	2016	Aval Neenergia
FINEP 2009	14/10/09	R\$	Projeto de Inovação	5% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neenergia
FINEP 2012	25/10/12	R\$	Projeto de Inovação	5% a.a.	Não aplicável	2020	Aval Neenergia
BNDES/FINEM - Aditivo IX	24/03/11	R\$	Distribuição de energia elétrica	TJLP + 1,82 a.a./ TJLP + 2,82% a.a./ 5,50% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neenergia

Para alguns financiamentos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, aval do acionista controlador e aplicações financeiras vinculadas (contas reservas).

O total devido em moeda nacional e estrangeira da Companhia desdobra-se da seguinte forma:

Moeda Nacional	31/12/12	31/12/11
Juros pré-fixados	193.778	37,0
TJLP	140.832	26,9
CDI	188.911	36,1
<b>Total</b>	<b>523.521</b>	<b>100,0</b>
Principal	490.263	491,766
Encargos	33.258	18,741

Moeda Estrangeira	31/12/12	31/12/11
Dólar norte americano	7.185	14.683
Principal	14.619	100,0
Encargos	64	14.664
Encargos	64	61

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Moeda/Indexador	31/12/12	31/12/11
Dólar norte-americano	8,94	12,58
TJLP	5,75	6,00
CDI	8,37	11,64

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/12	31/12/11
<b>Dívida</b>	<b>Custos</b>	<b>Total</b>
2013	56.353	(1.266) 55.087
2014	210.148 (767)	209.381 194.643 (764) 193.879
2015	152.180 (198)	151.982 141.737 (195) 141.542
2016	60.123 (20)	60.103 48.698 (18) 48.680
2017	28.733 (6)	28.727 19.723 (4) 19.719
Após 2017	20.871 (3)	20.868 15.972 - 15.972
<b>Total obrigações</b>	<b>472.055 (994)</b>	<b>471.061 477.126 (2.247)</b>
(-) Depósitos em garantias	-	(21.028) (28.701)
<b>Total</b>	<b>450.033</b>	<b>446.178</b>

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>36.348 335.815 - - 372.163</b>		
Ingressos	- 162.025 - 15.000 177.025		
Encargos	35.173 6.941 227 - 42.341		
Variação monetária e cambial	- 1 9 2.786 2.796		
Swap	- (401) (1.891) - (2.292)		



➔ **Continuação**

(3) **Acidente terceiros/trabalho** - Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.  
 (4) **Irregularidade de consumo** - Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas questionando a lavratura de termos de ocorrências de irregularidades originados no desvio de energia, lavrados pela Concessionária.  
 (5) **Negativação SPC e Serasa** - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais em virtude de negativação solicitada pela Concessionária em virtude de inadimplência.  
 (6) **Societárias** - Ação que envolve questionamento sobre suposto direito de ações.  
 (7) **Cooptativas** - Ações judiciais que discutem o Termo de Acordo conjunto firmado entre ANEEL, FECOERN, CERPAL e COSERN, que versa sobre a aquisição de acervo elétrico.  
 (8) **Outras** - Administrativa, Contrato de demanda, Poder normativo da concessionária, Contratos comercial/financeiro, Inadimplência e repercuções, Débito de terceiros, Corte indevido, Empréstimo compulsório, Contratos com terceirizados, Revisão de consumo de energia, Serviços de rede, Repetição de indébito, Racionamento de energia elétrica, Revisão de faturamento e Societário.

Fiscais	Ref.	Valor		Expectativa		Valor provisionado		
		atualizado	Instância	de perda	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
ICMS	(1)	869	1ª, 2ª e 3ª	Provável	869	759	-	-
ISS	(2)	6.124	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-	-
CSLL	(3)	31.141	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-	-
COFINS	(4)	68	1ª, 2ª e 3ª	Provável	68	62	-	-
IRPJ/IRRF	(5)	106.449	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-	-
INSS	(6)	4.127	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.127	3.825	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	57	-	-
Outras	(7)	2.505	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>243.286</b>	<b>1ª, 2ª e 3ª</b>	<b>Remota</b>	<b>5.064</b>	<b>4.703</b>		

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.  
 (1) **ICMS** - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude de eventual não recolhimento do ICMS no período supracitado, abrangendo apenas o exercício de 1996, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. O Estado do Rio Grande do Norte cobrou administrativamente esses valores e a COSERN moveu ação anulatória de débito fiscal contra essa cobrança, estando o processo aguardando sentença. Em sede de antecipação de tutela a exigibilidade do crédito foi suspensa reconhecendo o juiz a ocorrência da prescrição de todo o débito.  
 (2) **ISS** - Refere-se a autos de infração lavrados pelo Poder Público Municipal, exigindo ISS sobre serviço por terceiros.  
 (3) **CSLL** - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de água nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse água, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em dezembro de 2012 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.  
 (4) **COFINS** - Refere-se a processo judicial onde se busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008.  
 (5) **IRPJ/IRRF** - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de água nas bases de cálculo do IRPJ. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse água, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em abril de 2012 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A Fazenda Nacional apresentou recurso em julho de 2012.  
 (6) **INSS** - Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interps impugnação administrativa sob o argumento de que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT nº 01/2002. No último mês de abril, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais anulou o auto de infração. Aguarda-se lavratura do acórdão.  
 (7) **INSS** - Refere-se a ação anulatória para desconstituir lançamentos relacionados a NFDL nº 35.814.150-8 que cobra supostos débitos previdenciários das competências de 01/1997 a 08/2006, oriundos de processos trabalhistas e salário indireto, e das competências de 02/1999 a 06/2006, referentes a retenções de serviços prestados por autônomos. Parte dos valores reivindicados pelo INSS já foi atingido pela decadência. Contudo, os consultores legais da empresa entendem que a outra parte dos valores cobrados podem ser devidos e consideram que a provisão constituída é suficiente para fazer frente a futuros desembolsos.  
 (8) **Outras** - Demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exceção fiscal.

**23 Outros Passivos**

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Consumidores	(1)	16.916	13.375
Empregados - adiantamento acordo coletivo		2	2
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Caução em garantia	(2)	12.196	6.265
Encargos CBEE		21	21
Adiantamentos recebidos		2.862	2.463
Outros		9.410	(452)
<b>Total</b>		<b>41.700</b>	<b>21.967</b>
Circulante		38.154	16.640
Não circulante		3.546	5.327

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.  
 (2) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

**24 Patrimônio Líquido**

Capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$ 179.787. A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Ações Ordinárias	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias				Ações Preferenciais			
	Unica	%	A	%	B	%	Total	%
Neoenergia S.A.	110.814.372	85,4	16.507.498	80,1	14.645.619	82,6	141.967.489	84,5
Iberdrola Energia S.A.	8.147.546	6,3	2.217.674	10,8	1.417.164	8,0	11.782.384	7,0
Uptick	7.576.650	5,8	1.156.609	5,6	1.047.352	5,9	9.780.611	5,8
Previ	1.654.848	1,4	359.031	1,7	392.135	2,2	2.596.014	1,5
Outros	1.352.803	1,0	365.316	1,8	229.411	1,3	1.947.530	1,2
<b>Total</b>	<b>129.746.219</b>	<b>100,0</b>	<b>20.606.128</b>	<b>100,0</b>	<b>17.721.681</b>	<b>100,0</b>	<b>168.074.028</b>	<b>100,0</b>

R\$ (EM REAIS)

Ações Ordinárias	Ações Preferenciais							
	Ações Ordinárias				Ações Preferenciais			
	Unica	%	A	%	B	%	Total	%
Neoenergia S.A.	118.537.132	85,4	17.657.921	80,1	15.666.286	82,6	151.861.339	84,5
Iberdrola Energia S.A.	8.715.356	6,3	2.372.226	10,8	1.515.928	8,0	12.603.510	7,0
Uptick	8.104.674	5,8	1.237.214	5,6	1.120.343	5,9	10.462.231	5,8
Previ	1.984.114	1,4	384.052	1,7	408.766	2,2	2.776.932	1,5
Outros	1.447.082	1,0	390.775	1,8	245.399	1,3	2.083.256	1,2
<b>Total</b>	<b>138.788.358</b>	<b>100,0</b>	<b>22.042.188</b>	<b>100,0</b>	<b>18.956.722</b>	<b>100,0</b>	<b>179.787.268</b>	<b>100,0</b>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais "Classe A", prioridade na distribuição de dividendos.

**Reservas de Capital**  
**a) Reserva especial de água**  
 Essa reserva, no montante de R\$ 179.315, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente ao patrimônio líquido, quando o água foi transferido para a Companhia através da incorporação (vide nota explicativa nº 24).  
**b) Reserva de incentivo fiscal**  
 A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.  
 O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 82.428, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.  
**Reservas de Lucros**  
**a) Reserva de incentivo fiscal**  
 Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no Artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.  
 O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº 0183/2010, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.  
 A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 43.340 (R\$ 32.951 em 31 de dezembro de 2011) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.  
**b) Reserva legal**  
 A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.  
**c) Reserva de retenção de lucros**  
 A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembleia Geral.  
**Outros Resultados Abrangentes**  
 No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.  
 Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, a partir de 2012 somente será reconhecido em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão.

**25 Receita Líquida**

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Fornecimento de energia	(a)	732.312	572.259
Receita de distribuição		708.938	562.333
Remuneração financeira wacc		23.374	9.926
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	17.724	17.360
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	1.012.791	914.166
Receita de distribuição		980.465	898.309
Remuneração financeira wacc		32.326	15.857
Receita de construção da infraestrutura da concessão		207.830	160.318
Outras receitas	(d)	24.437	16.612
<b>Total receita bruta</b>		<b>1.995.094</b>	<b>1.670.715</b>
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(576.759)	(521.044)
<b>Total receita operacional líquida</b>		<b>1.418.335</b>	<b>1.149.671</b>

**(a) Fornecimento de Energia**  
 A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

Ref.	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
<b>Consumidores:</b>						
Residencial	1.016.625	982.263	1.635.582	1.531.495	692.338	586.065
Industrial	4.980	5.120	567.255	640.228	184.943	186.703
Comercial	76.966	75.221	896.835	851.203	408.629	356.084
Rural	66.061	63.825	407.283	297.441	87.352	60.927
Poder público	12.303	11.899	248.127	227.480	110.404	94.631
Iluminação pública	5.814	5.363	155.271	148.373	37.516	33.330
Serviço público	1.664	1.594	254.978	242.048	78.518	68.596
Consumo próprio	101	96	4.828	4.539	-	-
Suprimento	4	4	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	6.634	3.420
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	(949.934)	(849.332)
<b>Total</b>	<b>1.184.518</b>	<b>1.145.385</b>	<b>4.170.159</b>	<b>3.942.807</b>	<b>656.400</b>	<b>540.424</b>
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	75.912	31.835
<b>Total</b>	<b>1.184.518</b>	<b>1.145.385</b>	<b>4.170.159</b>	<b>3.942.807</b>	<b>732.312</b>	<b>572.259</b>

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23 de abril de 2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.  
 (\*) Informação não auditada.  
**Reajuste Tarifário 2012**  
 A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.279, de 18 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2012, fixou em 10,28% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 9,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,58% aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 6,43% sendo 6,05% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,35% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2012 a 21 de abril de 2013.

**Recita Anual (RAO)**  
 Encargos Setoriais 1.160.739  
 Compra de Energia Elétrica 619.817  
 Transporte de Energia 79.561  
**Parcela A** 809.184  
**Remuneração Bruta de Capital - Parcela B** 464.204  
**Recita Requerida (Parcela A + B)** 1.273.388  
**CVA e Neutralização** (30.134)  
**Componentes Financeiros** 20.438  
**Subsídios Tarifários** 17.061  
**Total Comp. Financeiros e Subsídios** 7.365  
 Reajuste Econômico ((2) / (1)) 9,70%  
 Componentes Financeiros e Subsídios ((3) / (2)) 0,58%  
**Reajuste Tarifário Total ((4) + (5))** 10,28%  
**Reajuste Percebido pelo Consumidor (\*)** 6,43  
 (\*) Informação não auditada.

**(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE**  
 Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.  
**(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica**  
 A receita com Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente à venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre		62.858	64.834
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	949.933	849.332
<b>Total</b>		<b>1.012.791</b>	<b>914.166</b>

(1) Vide comentários nota (a), acima.  
**(d) Outras receitas**

	31/12/12	31/12/11
Renda da prestação de serviços	1.829	3.229
Arrendamentos e alugueis	8.324	6.441
Serviço taxado	3.115	2.383
Taxa de iluminação pública	3.274	2.936
Administração de faturas de fraudes	(25)	192
Comissão serviços de terceiros	324	300
Multa infração consumidor	198	189
Ressarcimento comercialização de energia	6.177	-
Outras receitas	1.221	942
<b>Total</b>	<b>24.437</b>	<b>16.612</b>

**(e) Deduções da receita bruta**

	31/12/12	31/12/11
<b>IMPOSTOS:</b>		
ICMS (330.314)	(285.618)	-
PIS (29.290)	(24.824)	-
COFINS (134.911)	(114.343)	-
ISS (991)	(738)	-
<b>ENCARGOS SETORIAIS:</b>		
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(11.545)	(10.796)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(10.284)	(9.547)
Subvenção - Conta Consumo de Combustível - CCC	(41.056)	(59.876)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(5.648)	(4.668)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.298)	(1.867)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.149)	(934)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.298)	(1.867)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(3.528)	(3.165)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(3.447)	(2.801)
<b>Total</b>	<b>(576.759)</b>	<b>(521.044)</b>

**26 Custos e Despesas Operacionais**

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Ref.	31/12/12	31/12/11
<b>Custos dos serviços</b>	(a)	(24.257)	-
<b>Despesas com vendas</b>		(12.499)	-
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		(24.297)	(61.053)
<b>Total</b>		<b>(60.753)</b>	<b>(61.053)</b>

**Pessoal**  
 Administradores (2.759) (2.759) (1.808)  
 Entidade de previdência privada (1.534) (429) (3.611)  
 Material (3.647) (121) (464) (4.232) (3.366)  
 Serviços de terceiros (28.345) (25.707) (30.317) (84.389) (63.886)  
 Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - IFSEE (1.047) (1.494) - (2.541) (2.419)  
 Energia elétrica  
 comprada para revenda (b) (627.287) - (627.287) (453.173)  
 Encargos de uso de rede (c) (80.488) - (80.488) (64.557)  
 Amortização (d) (41.112) (9.342) (3.930) (54.384) (52.604)  
 Arrendamentos e alugueis (20) (127) (470) (617) (534)  
 Tributos (162) (11) (538) (701) (595)  
 Provisões líquidas - PCLD - (8.717) - (8.717) (2.717)  
 Perdas conta a receber/consumidores - (7.797) - (7.797) (7.803)  
 Provisões líquidas - contingências - 288 - 288 312  
 Provisões atuárias - - - - 107  
 Custo de construção da infraestrutura da concessão (207.830) - (207.830) (160.318)  
 Outros ganhos/perdas/alienação/cancelamento/desativação - - (4.319) (4.319) 507  
 Outros (e) (1.119) (2.917) (6.802) (10.838) (8.504)  
**Total custos/despesas** (1.016.848) (69.151) (71.349) (1.157.348) (880.854)  
**(a) Custo e despesa de pessoal**

	31/12/12	31/12/11
Remunerações	(39.576)	(33.338)
Encargos sociais	(17.712)	(15.206)
Auxílio-alimentação	(4.521)	(3.454)
Convênio assistencial e outros benefícios	(3.577)	(3.652)
Rescisões	(1.784)	(1.880)
Férias e 13º salário	(6.540)	(6.060)
Plano de saúde	(2.058)	(1.849)
Contencioso trabalhista	(9)	17
Participação nos resultados	(5.399)	(5.126)



→ **Continuação**

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários - Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 53.000 - é considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.
- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge e estão contabilizados pelos seus valores justos.
- Instrumentos Financeiros Derivativos
- Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais - têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem nenhum caráter especulativo.
- ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros - consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros variáveis constantes.

Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e

Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de "hedge" para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Operação de "hedge" para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) no valor de R\$ 53.000, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

Categoria	Ativos (Passivos)					
	31/12/12		31/12/11			
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado		
Caixa e equivalentes de caixa	124.924	124.924	154.560	154.560		
Títulos e valores mobiliários	12.982	12.982	17.452	17.452		
Contas a receber de clientes e outros	441.666	441.666	433.507	433.507		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	(128.948)	(128.948)	(91.755)	(91.755)		
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) Nível 2	(76.156)	(76.156)	(66.245)	(66.245)		
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(434.158)	(434.158)	(418.748)	(418.748)		
Debêntures em moeda nacional	(72.877)	(72.877)	(109.540)	(131.643)		
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	(19.298)	(19.298)	(16.456)	(16.456)		
Instrumentos financeiros derivativos	12.436	12.436	4.918	4.918		

\* CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e

Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de "hedge" para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Operação de "hedge" para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) no valor de R\$ 53.000, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência				Efeito acumulado			
					Moeda estrangeira		Moeda local		Valor justo		31/12/12	
					31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	Valor a receber/recebido - a pagar/paga	
<b>Contratos de swaps:</b>												
<b>Swap</b>												
Ativa	Bank Of American	08/04/11	06/05/16	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a.	USD 9.482	USD 9.482	R\$ 15.000	R\$ 15.000	19.777	16.989	-	
Passiva				CDI - 6% a.a.					15.258	15.258	-	
									4.615	1.731	887	
<b>Swap</b>												
Ativa	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14				R\$ 53.000	R\$ 53.000	76.157	66.245		
Passiva									68.336	63.058		
									<b>7.821</b>	<b>3.187</b>	<b>2.482</b>	
									<b>12.436</b>	<b>4.918</b>	<b>3.369</b>	

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

**Risco de Risco**

- Riscos financeiros
- ✓ Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira indexado a variação cambial captada no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas taxas de câmbio não afetem seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R\$ 3.369 (R\$ 2.291, resultado positivo em 31 de dezembro de 2011).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item "Risco de variação cambial", a empresa possuía swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 193.778 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	R\$ Mil			
	Risco	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Alta do Dólar (2.858)	(3.573)	(4.287)	
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar	41.168	5.210	6.253
Exposição Líquida		1.310	1.638	1.965

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

- ✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item "Risco de variação cambial", a empresa possuía swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 193.778 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	R\$ Mil			
	Risco	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	2.771	2.079	1.386
Aplicações financeiras - SELIC	Queda do CDI	-	-	-
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>				
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(6.070)	(7.588)	(9.106)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	12.803	16.004	19.204
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	1.936	(2.420)	(2.904)

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA**

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia Energética do Rio Grande do Norte S.A.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2013

**José Roberto Bezerra de Medeiros**

Diretor-Presidente

**Erik da Costa Breyer**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Lady Batista de Moraes**

Diretora de Gestão de Pessoas

**Solange Maria Pinto Ribeiro**

Diretora de Regulação

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Marco Giovanne Tobias da Silva - <b>Presidente</b>	Gonzalo Pérez Fernandez - <b>Vice-Presidente</b>
<b>Efetivos</b>	<b>Suplentes</b>
Clayton Ferraz de Paiva	Mário José Ruiz-Tagle Larrain
Solange Maria Pinto Ribeiro	Cássio Valério Medeiros Soares de Souza
Jorge Luiz Pacheco	Zenóbio do Rêgo Filho
Gonzalo Gómez Alcántara	Roberto Medeiros dos Santos
Pedro Damásio da Costa Neto	Ari Sarmento do Valle Barbosa
José Maurício Pereira Coelho	Cecília Maria Habib Santanna Reis
	Lara Cristina Ribeiro Piau Marques
	André Luis Dantas Furtado

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, dando cumprimento ao que dispõe o Artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanços sociais.

Com fundamento nas análises realizadas e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Natal, 5 de fevereiro de 2013

<b>Rodolfo Fernandes da Rocha</b> - Presidente	<b>Rogério Magno Panca</b>
<b>Érico Cavalcanti Furtado</b>	<b>Luiz Carlos Faria Ribeiro</b>
	<b>Rogério Magno Panca</b>

**CONSELHO FISCAL**

<b>Rodolfo Fernandes da Rocha</b>	<b>Érico Cavalcanti Furtado</b>	<b>Luiz Carlos Faria Ribeiro</b>
<b>Presidente</b>		
<b>Suplentes</b>		
Francesco Gaudio		
Luiz Cláudio Moraes		
Rubens André Chagas de Brito		
Antônio Carlos dos Anjos Costa		

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela contadora da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers e do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Natal, 14 de março de 2013.

Marco Giovanne Tobias da Silva - Presidente	Cássio Valério Medeiros Soares de Sousa (suplente)
André Luis Dantas Furtado (suplente)	
Gonzalo Gómez Alcántara	Pedro Damásio Costa Neto
Gonzalo Pérez Fernandes	Solange Maria Pinto Ribeiro
Jorge Luiz Pacheco	

**DIRETORIA EXECUTIVA**

<b>José Roberto Bezerra de Medeiros</b>	<b>Lady Batista de Moraes</b>
Diretor-Presidente	Diretora de Gestão
<b>Erik da Costa Breyer</b>	de Pessoas
Diretor Financeiro	<b>Solange Maria Pinto Ribeiro</b>
e de Relações com Investidores	Diretora de Regulação

**CONTADORA**

**Fabiana Felix Teixeira Barbosa** - CRC PE-017865/O-4 TR-N

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas

**Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN**

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção

relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

**Outros assuntos**

**Informação suplementar - demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Num situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de recita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

**31 Compromissos**

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia são como segue:

Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	Atés 2017
2013 a 2045	624.210	604.575	622.927	632.575	636.514	9.068.842

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 8 a 30 anos, representam o volume total contratado, pelo preço corrente no final do exercício de 2012, e foram homologados pela ANEEL.

**32 Seguros**

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2012 a 08/10/2013	50.806	110
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2012 a 08/10/2013	40.699	88
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2012 a 08/10/2013	3.000	110
Transporte Nacional	08/10/2012 a 08/10/2013	-	-
Transporte Internacional	08/10/2012 a 08/10/2013	-	-
Veículos	08/10/2012 a 08/10/2013	-	22

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados - imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, sendo que as subestações e usinas têm cobertura adicional contra danos elétricos e tumulto.

Responsabilidade civil geral - cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O Limite Máximo de Indenização - LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral da Companhia é de R\$ 3.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento.

A soma de todas as indenizações e despesas pagas pela apólice de Responsabilidade Civil Geral em todos os sinistros reclamados durante a vigência, não poderá exceder, em hipótese alguma, ao limite agregado de uma vez e meia a importância segurada, ou seja, ao valor de R\$ 4.500.

Transporte (Nacional e Internacional) - garante o pagamento de uma indenização ao segurado caso os bens (novos ou usados) em trânsito, transportados através das vias marítimas, fluviais, lacustres, aéreas, rodoviárias ou ferroviárias; devidamente averbados, sofram uma avaria (sinistro), em qualquer localidade do território nacional (transporte nacional) ou no exterior (transporte internacional).

Veículos - coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo. Os veículos são segurados a valor de mercado, tomando como base a "Tabela Fipe", não tendo um valor fixo a título de importância segurada.

**33 Questões Ambientais (\*)**

A COSERN, ciente das suas responsabilidades como Empresa Distribuidora de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Norte, desenvolve, cada vez mais, ações no intuito de identificar, solucionar e preservar o meio ambiente com práticas ecologicamente sustentáveis, que minimizem os impactos ambientais com relação aos recursos naturais. A Empresa procura solucionar eventuais impactos de seus produtos, processos e instalações sobre os ecossistemas e a sociedade. Destacam-se em 2012, as seguintes ações ambientais:

a) Em 2012, o Projeto Logisverde promoveu o reuso de 44% das 2.874 bobinas de madeira adquiridas em 2012, representando um avanço de 34% do executado no projeto em 2011. Além disso, realizou treinamento de poda de árvores em Natal, Mossoró, Currais Novos e Caraúbas. Estas ações contaram com a participação de 80 colaboradores eletricitistas. Durante a Semana de Meio Ambiente foram distribuídas 300 mudas de plantas medicinais, realizado Concurso COSERN de fotografias com o tema: "A COSERN e